

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 917.323 RIO DE JANEIRO

RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
RECTE.(S) : ALFREDO RODRIGUES DE OLIVEIRA NETO
ADV.(A/S) : LUIZ FERNANDO MARQUES
RECDO.(A/S) : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL FEDERAL

DECISÃO: O Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao resolver questão de ordem suscitada no AI 664.567/RS, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, decidiu “(...) que a exigência da demonstração formal e fundamentada no recurso extraordinário da repercussão geral das questões constitucionais discutidas só incide quando a intimação do acórdão recorrido tenha ocorrido a partir de 03 de maio de 2007, data da publicação da Emenda Regimental nº 21, de 30 de abril de 2007 (...)” (grifei).

Cumpre observar que a parte ora agravante foi intimada do acórdão recorrido em data posterior à publicação da Emenda Regimental nº 21/2007, o que faz incidir, sobre ela, consoante definido em mencionado julgamento plenário, o ônus processual de proceder, em capítulo destacado e autônomo, à demonstração formal e fundamentada, no recurso extraordinário que deduziu, da repercussão geral das questões constitucionais.

É importante registrar, ainda, segundo decidido nesse mesmo julgamento (AI 664.567-QO/RS, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, Pleno), que o Presidente do Tribunal recorrido, no exercício do controle prévio de admissibilidade recursal, dispõe de competência para verificar, em relação aos casos nos quais a intimação do acórdão recorrido tenha se verificado a partir de 03/05/2007, se o recorrente procedeu, ou não, à demonstração formal e fundamentada, em capítulo autônomo, no recurso extraordinário interposto, da repercussão geral das questões discutidas.

Essa visão do tema – que bem reflete a diretriz jurisprudencial firmada por esta Suprema Corte – foi exposta, *de modo claro*, por GLAUCO GUMERATO RAMOS (“**Repercussão Geral na Teoria dos Recursos. Juízo de Admissibilidade. Algumas Observações**”, “*in*” Revista Nacional de Direito e Jurisprudência nº 84, ano 7, dezembro/2006, p. 53), em lição na qual reconhece assistir, ao Presidente do Tribunal “*a quo*”, competência para examinar, em sede de controle prévio de admissibilidade, a verificação da demonstração formal e fundamentada, em capítulo autônomo, da repercussão geral, só não lhe competindo o poder – que cabe, exclusivamente, ao Supremo Tribunal Federal (CPC, art. 543-A, § 2º) – de decidir sobre a efetiva existência, no caso, da repercussão geral.

Esse mesmo entendimento é perfilhado por GUILHERME BEUX NASSIF AZEM (“**A Súmula 126 do STJ e o Instituto da Repercussão Geral**”, p. 91/95, item n. 2, “*in*” “Revista Jurídica” nº 358, agosto de 2007) e CARLOS AUGUSTO DE ASSIS (“**Repercussão Geral como Requisito de Admissibilidade do Recurso Extraordinário - Lei 11.418/2006**”, p. 32/46, item V, “*in*” “Revista Dialética de Direito Processual” nº 54, setembro 2007).

É claro que o juízo prévio de admissibilidade do recurso extraordinário, a ser exercido, em um primeiro momento, pela Presidência do Tribunal recorrido, não se confunde com o reconhecimento de que a matéria arguida no apelo extremo possui, ou não, relevância do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, pois, quanto a esse aspecto, somente o Supremo Tribunal Federal dispõe de competência para apreciar, *em cada caso*, a existência, ou não, da repercussão geral.

O exame dos presentes autos evidencia que a parte ora agravante, ao interpor o recurso extraordinário, não demonstrou, de forma fundamentada, “*em preliminar do recurso*” (CPC, art. 543-A, § 2º), a existência, na espécie, da repercussão geral, o que torna incognoscível o apelo extremo em questão.

Com efeito, não se indicaram, na espécie, os motivos **que justificariam**, no processo em exame, **o reconhecimento** de repercussão geral da controvérsia constitucional **aleadamente** existente na causa em referência, **como se vê** da própria leitura **do capítulo** com que a parte ora agravante **pretendeu** satisfazer a exigência **inscrita** no art. 543-A, § 2º, do CPC, **acrescentado** pela Lei nº 11.418/2006:

“8. REPERCUSSÃO GERAL DAS QUESTÕES CONSTITUCIONAIS ORA DEBATIDAS – A decisão recorrida ao arrepio do disposto no Inciso XXXVI do Artigo 5º da Carta Política da República, ofende os institutos do DIREITO ADQUIRIDO e do ATO JURÍDICO PERFEITO a serem garantidos aos cidadãos no Estado Democrático de Direito, como forma da preservação do Princípio da Segurança Jurídica.

Repercutirá tal decisão, de forma geral, nas demais demandas sobre o mesmo tema, que ainda encontrem-se em trâmite em todo o território nacional, trazendo prejuízo geral aos demais interessados.”

Vê-se, portanto, **que se mostra insatisfatório**, no caso, **o cumprimento** da prescrição legal **consubstanciada** no § 2º do art. 543-A do CPC, **acrescentado** pela Lei nº 11.418/2006.

É por isso que o Supremo Tribunal Federal tem enfatizado **caber** “à parte recorrente **demonstrar**, de forma expressa e acessível, **as circunstâncias** que poderiam configurar a relevância – **do ponto de vista** econômico, político, social ou jurídico – **das questões constitucionais** invocadas no recurso extraordinário”, **sob pena de a deficiência** (quando não a ausência) **da fundamentação inviabilizar** o apelo extremo interposto (**RE 611.023-AgR/RJ**, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA, v.g.).

Cabe registrar, finalmente, que o entendimento ora exposto **tem sido observado**, em sucessivas decisões proferidas **no âmbito** do Supremo Tribunal Federal, **a propósito** dessa exigência formal **concernente** ao

ARE 917323 / RJ

mencionado **pré-requisito de admissibilidade** do recurso extraordinário (AI 667.027/PI, Rel. Min. CELSO DE MELLO – RE 559.059/AC, Rel. Min. MARCO AURÉLIO – RE 565.119/MG, Rel. Min. MENEZES DIREITO – RE 566.728/BA, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA – RE 793.850/SP, Rel. Min. CELSO DE MELLO, *v.g.*).

Sendo assim, e tendo em consideração as razões expostas, conheço do presente agravo, para negar seguimento ao recurso extraordinário, por manifestamente inadmissível (CPC, art. 544, § 4º, II, “b”, na redação dada pela Lei nº 12.322/2010).

Publique-se.

Brasília, 08 de outubro de 2015.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator